

Radar Político da Saúde

A SAÚDE NO CONGRESSO NACIONAL EM 2024

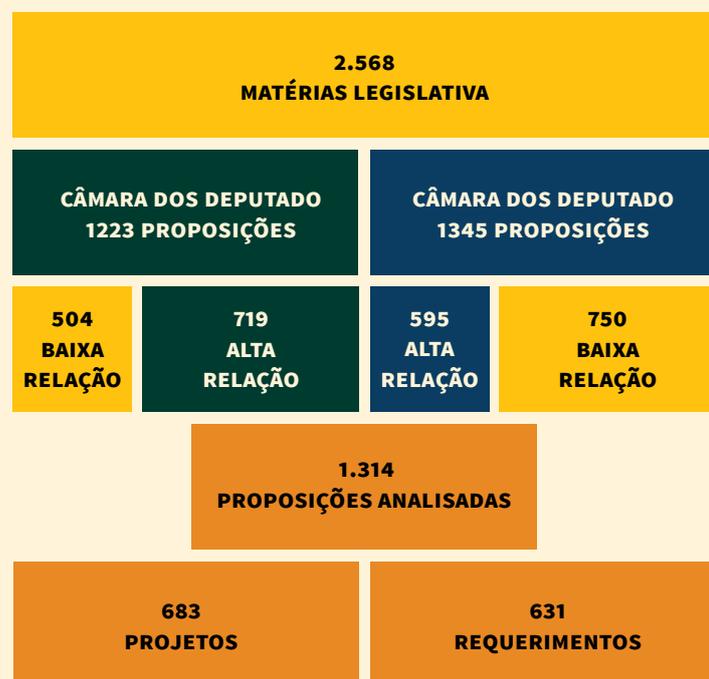
OBJETIVO



O Radar Político da Saúde - A Saúde no Congresso Nacional oferece uma leitura crítica da produção legislativa em saúde no Congresso Nacional em 2024, mapeando temas frequentes, objetivos das proposições legislativas e sua relação com as políticas públicas vigentes. O resultado é um retrato sistematizado que mapeia padrões e lacunas da atuação legislativa.

COMO FIZEMOS

Foram analisadas **2.568 proposições legislativas tramitadas em 2024** na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no Senado Federal, e nas comissões de Saúde (CSAÚDE) e de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), na Câmara dos Deputados.



As **1.314** matérias que tinham maior relação com políticas públicas de saúde foram divididas em dois grupos de análise: requerimentos e projetos.

REQUERIMENTOS (REQ, INC, RIC):



são pedidos pontuais para realização de audiências, envio de informações ou outras providências, foram analisados de forma simplificada, considerando apenas tema e objetivo.

PROJETOS (PL, PLP, PDL):



propõem mudanças duradouras no ordenamento jurídico, receberam análise aprofundada, com identificação de tema, objetivo, público-alvo e relação com políticas públicas existentes.

Dentre os 683 projetos, 585 têm relação com políticas públicas; estes projetos foram classificados em:

COMPLEMENTAÇÃO:
aprimora ou detalha políticas já existentes.

CONTRAPOSIÇÃO:
contraria ou revoga normas vigentes.

SOBREPOSIÇÃO:
repete ou formaliza normas já existentes, sem inovação.

INOVAÇÃO:
apresenta proposta inédita, sem correspondência direta com a regulação atual.

37%

dos projetos que têm relação com políticas públicas entram em conflito ou duplicam normas existentes, sem inovação ou articulação com políticas públicas vigentes



10% dos projetos

obrigam oferta de exames e medicamentos sem seguir critérios técnicos ou regulatórios, dificultando sua implementação no SUS.

25%

das propostas que criam políticas públicas em saúde duplicam normas já existentes, sem integração com a lógica de funcionamento do SUS:



Esse padrão contribui para a fragmentação do sistema e evidencia a falta de alinhamento técnico entre Legislativo e as políticas de saúde instituídas.

40%

dos projetos relacionados a políticas públicas atuam de forma complementar, mas com ajustes pontuais e baixo impacto estrutural sobre o SUS:



São inclusões de diretrizes orientativas ou mudanças redacionais, que não alteram a organização dos serviços ou mecanismos de financiamento e regulação.

13%

das propostas tratam de saúde mental e doenças específicas, mas com produção fragmentada e pouco convergente às políticas do SUS:



Cerca de $\frac{1}{4}$ delas contradiz as diretrizes da Reforma Psiquiátrica ou impõe novas obrigações ao SUS sem avaliação técnica prévia.



14%

das propostas são voltadas para campanhas simbólicas

Projetos voltados à criação de datas e campanhas de conscientização predominam, especialmente no Senado.

menos de

10%

tratam de mudanças estruturais no sistema de saúde

Em contraste, propostas que incidem sobre governança, regulação organizacional ou transparência ainda são minoria.

72%

dos requerimentos tratam da realização ou alteração de audiências públicas



29%

do total de requerimentos com foco em audiências, considerando Câmara e Senado, abordam doenças e condições clínicas.

59%

dos pedidos para realizar audiências partiu do Senado, mesmo com número menor de parlamentares em relação à Câmara.

apenas

19%

das matérias têm foco em públicos específicos.



menos de

3%

tratam de grupos historicamente negligenciados, como população negra, povos indígenas e pessoas em situação de rua.

Entre os projetos voltados às mulheres,



37%

tratam exclusivamente de gestação, parto ou luto perinatal — reduzindo a saúde feminina à dimensão materna e reprodutiva.



CLIQUE NO LINK OU ESCANEIE O QR CODE PARA ACESSAR O MATERIAL COMPLETO

